

CENTRO de PORTUGAL

Boletim trimestral **28**

*Informação reportada ao
terceiro trimestre de 2015*



ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 14** Turismo
- 15** Construção e Habitação
- 16** Preços e Consumo Privado
- 18** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.



28

Boletim trimestral

*Informação reportada ao
terceiro trimestre de 2015*

FICHA TÉCNICA

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de
Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Dezembro de 2015

ISSN

2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt

www.ccdr.pt

Alguns dados da informação conjuntural encontra-se
também em <http://datacentro.ccdr.pt>



DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO
de PORTUGAL

O Produto Interno Bruto nacional aumentou 1,4%, em termos homólogos, crescimento inferior ao ocorrido no trimestre anterior e que reflete a desaceleração da procura interna e externa. As exportações e as importações de bens e serviços também cresceram menos do que nos restantes trimestres do ano (3,9% e 4,9%, respetivamente). Mantiveram-se os sinais de retoma do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego nacional a fixar-se em 11,9%. Já o nível geral de preços aumentou. As expectativas dos consumidores e a confiança dos empresários também melhoraram neste trimestre.

O mercado de trabalho da Região Centro registou, em termos homólogos, uma quebra significativa do desemprego e um ligeiro aumento da população empregada. A taxa de desemprego regional era de 8,2% e a de emprego 54,4%, neste trimestre, colocando o Centro como a região com menor taxa de desemprego e maior taxa de emprego no país. Simultaneamente, a população ativa continuou a diminuir e a inativa a aumentar. Também os custos do trabalho, aferidos em termos reais, superaram os do trimestre homólogo.

O setor empresarial mantém os sinais de dificuldades dos trimestres anteriores. Assistiu-se na Região Centro, ao aumento da constituição de empresas face a igual período do ano anterior, tendo, contudo, aumentado também as ações de insolvência. Continuam evidentes os problemas financeiros do setor empresarial, traduzidos pelo grau de incumprimento das empresas, que voltou a atingir máximos históricos, e pela diminuição dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro. O ramo da construção manteve a tendência recessiva que tem marcado os últimos anos, tendo-se observado a deterioração de quase todos os indicadores quer de licenciamento como de obras concluídas. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo, observou-se um crescimento homólogo das exportações e das importações de bens.

Até ao final de setembro de 2015, estavam aprovados 6,3 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, para cofinanciar projetos com um investimento previsto na região de 10,5 milhões de euros. No Programa Operacional Regional Mais Centro, a aprovação de 4.376 projetos envolvia uma comparticipação de FEDER de 1,8 mil milhões de euros, o que reflete uma gestão do *overbooking*. A taxa de execução do Mais Centro era, nesta data, de 93,5%. Simultaneamente, foram já apresentadas ao Centro 2020, o novo Programa Operacional Regional para o período 2014-2020, um total de 2.961 candidaturas até ao final de setembro, tendo sido aprovadas 499. Já abriram até esta data, 46 concursos, envolvendo 251 milhões de euros de fundos comunitários (cerca de 11,6% da dotação total, que é de 2.155 milhões de euros).

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto nacional cresceu 1,4%, em termos homólogos, refletindo a desaceleração da procura interna e externa. As exportações e as importações de bens e serviços aumentaram 3,9% e 4,9%, respetivamente, crescimentos inferiores aos dos restantes trimestres do ano. Mantiveram-se os sinais de retoma do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego nacional a fixar-se em 11,9%. Já o nível geral de preços aumentou. As expectativas dos consumidores e a confiança dos empresários também melhoraram neste trimestre.

1,4%
foi o crescimento
homólogo do PIB e

3,9%
o aumento das
exportações

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		3T15	2T15	1T15	4T14	3T14	2014	2013
PIB ¹	v. h. (%)	1,4	1,6	1,6	0,6	1,2	0,9	-1,1
Procura interna	v. h. (%)	1,9	3,5	1,7	1,7	2,1	2,2	-2,0
Consumo das famílias	v. h. (%)	2,4	3,2	2,5	2,0	2,9	2,3	-1,3
Taxa de investimento	%	16,0	16,7	16,3	15,7	16,0	15,9	15,2
Exportações	v. h. (%)	3,9	7,3	7,0	5,7	3,8	3,9	7,0
Importações	v. h. (%)	4,9	12,0	7,1	8,5	6,0	7,2	4,7
VAB	v. h. (%)	1,0	1,0	0,8	0,1	0,7	0,6	-0,8
Taxa de desemprego	%	11,9	11,9	13,7	13,5	13,1	13,9	16,2
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,8	0,7	-0,1	-0,1	-0,5	-0,3	0,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-11,2	-12,5	-11,5	-16,7	-18,2	-20,2	-42,3
Indicador de clima económico	%	1,4	1,1	0,4	0,4	0,6	0,2	-2,4
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,112	1,105	1,127	1,249	1,325	1,329	1,328
	v. h. (%)	-16,1	-19,4	-17,7	-8,2	0,0	0,1	3,3

USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional registou uma variação homóloga² de 1,4% em termos reais, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao terceiro trimestre de 2015. Esta foi, contudo, a taxa de crescimento homólogo mais baixa do ano. Para esta desaceleração foi importante o crescimento menos acentuado da procura interna e da procura externa.

A procura interna aumentou 1,9%, o que corresponde a um decréscimo de 1,6 pontos percentuais (p.p.) face ao trimestre anterior. Este aumento menos significativo da procura interna deveu-se à evolução das suas três componentes: consumo privado, consumo público e investimento. As despesas de consumo final das famílias cresceram 2,4% e a taxa de investimento, calculada como o peso do investimento no PIB, foi de 16,0%, valores inferiores aos registados no segundo trimestre do ano.

¹ Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

² Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

No que respeita à procura externa, as exportações de bens e serviços desaceleraram, tendo registado uma variação homóloga de 3,9% (menos 3,4 p.p. do que no trimestre anterior). As exportações de bens aumentaram 5,2% e as de serviços 0,2% (8,2% e 5,0%, respetivamente, no segundo trimestre). O aumento das importações de bens e serviços foi de 4,9%, ou seja, o mais reduzido do último ano. Esta evolução refletiu a desaceleração significativa observada na componente de bens (de 13,4% no segundo trimestre para 5,7% no terceiro) e também na de serviços (que passou de uma variação homóloga de 3,9% para um decréscimo de -0,1%).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado registou uma variação homóloga positiva semelhante à do trimestre anterior (1,0%), sendo a mais significativa desde o final de 2010. Pelo terceiro trimestre consecutivo, o VAB do ramo da “construção” registou uma variação homóloga positiva (2,2%). Também o VAB da “indústria” cresceu, registando um acréscimo homólogo de 2,2%. Apenas o VAB dos ramos “energia, água e saneamento” e “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” decresceram em termos homólogos, neste trimestre.

Ao longo dos últimos dois anos, o mercado de trabalho nacional tem evidenciado um ajustamento no sentido de recuperar do elevado desemprego e da destruição de emprego ocorridos desde o final de 2008. Neste trimestre, a taxa de desemprego foi idêntica à do trimestre anterior e a mais baixa desde o início de 2011 (11,9%). A população desempregada estimada era de 618,8 mil indivíduos, o que reflete uma diminuição trimestral de 1,6 mil indivíduos e uma redução homóloga bastante mais expressiva de 70,1 mil desempregados.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um aumento homólogo de 0,8%. Apenas três classes de bens registaram uma diminuição dos preços, designadamente “vestuário e calçado”; “transportes” e “lazer, recreação e cultura”. As restantes nove classes de bens do IPC registaram um aumento do nível dos preços, destacando-se com maiores crescimentos a das “comunicações” e das “bebidas alcoólicas e tabaco”, o que já acontecia nos trimestres anteriores.

As expectativas dos consumidores tornaram-se menos negativas, voltando a registar um mínimo histórico em termos médios trimestrais, a avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores³. Já a confiança dos empresários continuou positiva, tendo melhorado e registado o valor mais elevado desde o final de 2007, segundo o indicador de clima económico⁴ do INE.

Por último, a taxa de câmbio⁵ do euro face ao dólar (USD/Euro) voltou a cair de forma significativa face ao trimestre homólogo, assistindo-se a uma desvalorização do euro, o que se traduz num preço mais reduzido para igual quantidade de bens exportados.

³ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁴ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁵ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

No terceiro trimestre de 2015, na Região Centro, em termos homólogos, verificou-se uma quebra significativa do desemprego e um ligeiro aumento da população empregada. Simultaneamente, a população ativa continuou a diminuir e a inativa a aumentar. Também os custos do trabalho, aferidos em termos reais, superaram os do trimestre homólogo.

Segundo os dados do inquérito ao emprego⁶ do Instituto Nacional de Estatística, no terceiro trimestre de 2015, a taxa de atividade da população em idade ativa⁷ era de 59,2% na Região Centro, tendo diminuído face ao trimestre homólogo e face ao trimestre anterior. Este valor era, no entanto, superior à média nacional de 58,6%. A taxa de atividade dos homens foi de 65,2%, mantendo-se, como habitualmente, superior à das mulheres (54%).

Neste trimestre, a população ativa⁸ da Região Centro era de 1.163 mil indivíduos, tendo-se registado um decréscimo de 2,2% face a igual período do ano anterior. Já os inativos⁹ ascendiam a 1.088,5 mil indivíduos, mais 0,9% face ao trimestre homólogo. Esta evolução foi impulsionada pelos estudantes e reformados e contrariada pelos domésticos e outros inativos.

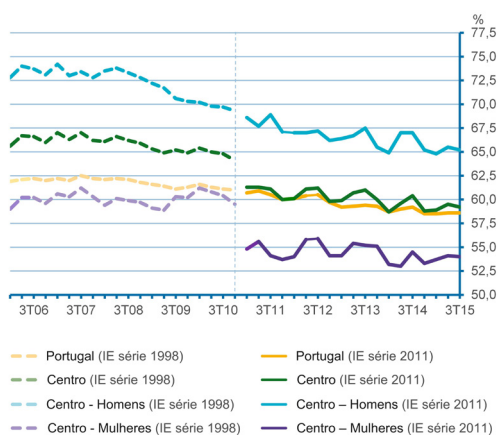
8,2%

foi a taxa de
desemprego regional

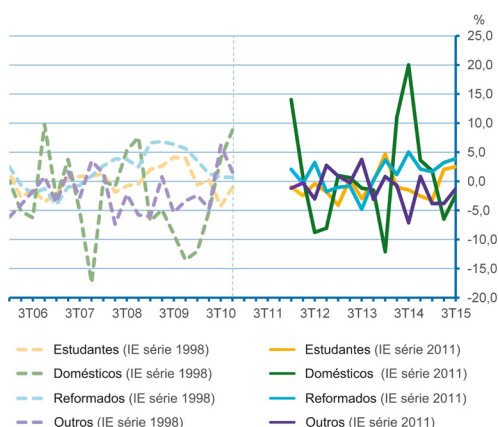
-23,6%

foi a variação homóloga do
desemprego na região

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho
(variação homóloga)¹⁰



⁶ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

⁷ A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁸ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

¹⁰ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		3T15	2T15	1T15	4T14	3T14	2014	2013
							média trimestral	
Taxa de atividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	58,6	58,6	58,5	58,5	59,2	58,9	59,3
	%	59,2	59,5	58,9	58,8	60,4	59,4	60,4
Centro	v. h. (p.p.)	-1,2	-0,1	0,2	-1,2	-0,6	-1,0	-0,9
População ativa – Centro	milhares	1 163,0	1 168,0	1 158,0	1 157,9	1 189,6	1 173,8	1 196,1
	v. h. (%)	-2,2	-0,6	-0,1	-2,4	-1,5	-1,9	-0,8
População inativa – Centro	milhares	1 088,5	1 087,3	1 101,2	1 106,3	1 078,6	1 092,5	1 092,0
	v. h. (%)	0,9	-0,9	-1,4	0,9	0,0	0,0	-0,7
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	164,4	183,9	179,6	173,2	160,4	166,8	175,0
	v. h. (%)	2,5	2,1	-3,3	-2,5	-1,5	-4,7	-1,6
Domésticos	milhares	107,2	100,8	101,4	102,5	109,8	106,2	100,2
	v. h. (%)	-2,4	-6,5	1,8	3,6	20,0	5,9	-0,2
Reformados	milhares	380,1	361,5	373,4	369,6	365,8	367,7	352,7
	v. h. (%)	3,9	3,2	1,7	2,1	5,0	4,3	-1,6
Outros	milhares	436,8	441,0	446,8	461,0	442,6	451,8	464,1
	v. h. (%)	-1,3	-3,8	-3,8	0,8	-7,1	-2,7	0,3

¹¹ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

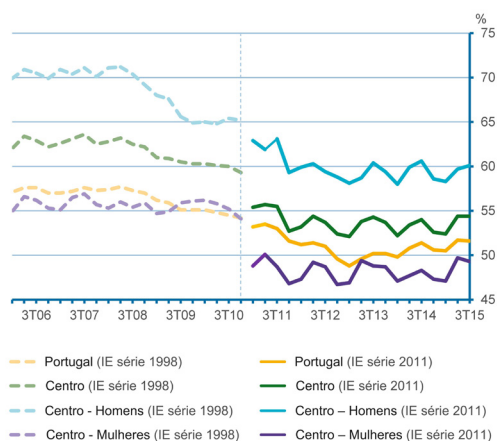
¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

A taxa de emprego¹¹ da Região Centro, no terceiro trimestre de 2015, foi de 54,4%, valor acima do registado no trimestre homólogo e claramente superior à média nacional (51,6%).

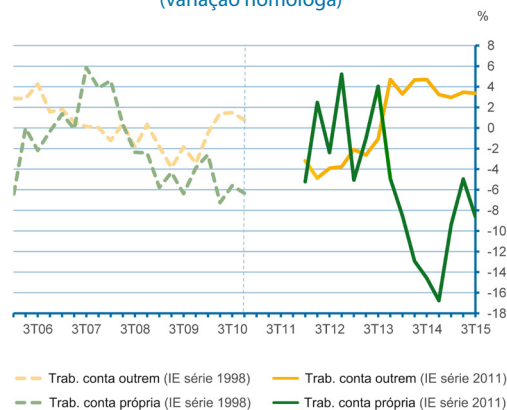
Neste trimestre, estavam empregados na região 1.067,4 mil indivíduos, mais 0,3% do que no mesmo período do ano anterior. Para esta evolução, contribuiu o aumento das mulheres empregadas, do emprego no escalão etário dos 25 aos 44 anos e dos empregados nos setores da indústria, construção, energia e água e nos serviços.

O aumento homólogo do emprego ficou também a dever-se ao crescimento dos trabalhadores por conta de outrem (3,4%), uma vez que os trabalhadores por conta própria diminuíram (-8,6%). Para esta retração dos trabalhadores por conta própria contribuíram tanto os trabalhadores isolados (-9,3%), como os empregadores (-6,1%). Por sua vez, o aumento homólogo dos trabalhadores por conta de outrem resultou do acréscimo dos contratos sem termo (4,5%) e com termo (0,9%), do trabalho a tempo completo (3,9%) e dos trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário (8,9%) e superior (9,7%).

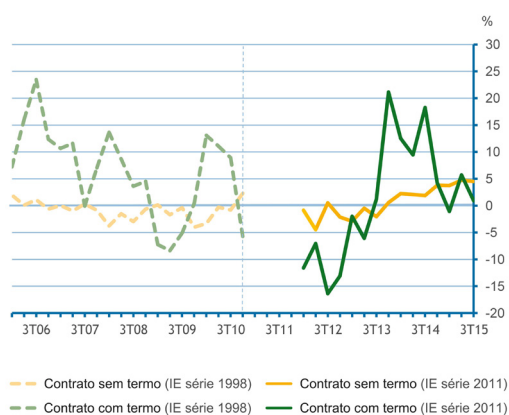
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



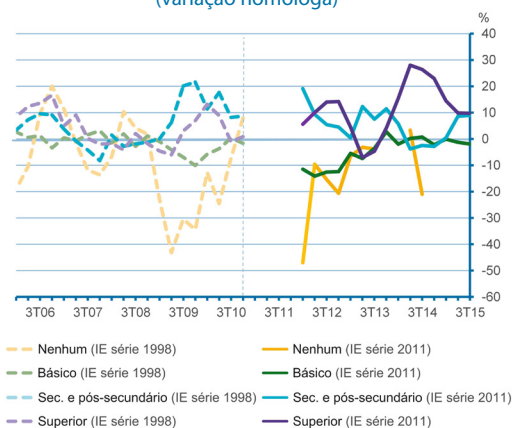
População empregada no Centro por situação na profissão¹² (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)¹³



Quadro 3 – Emprego		3T15	2T15	1T15	4T14	3T14	2014	2013
		média trimestral						
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	51,6	51,7	50,5	50,6	51,4	50,7	49,7
Centro	%	54,4	54,4	52,4	52,6	54,0	53,0	53,5
	v. h. (p.p.)	0,4	1,0	0,2	-1,1	-0,3	-0,5	0,1
População empregada – Centro	milhares	1 067,4	1 068,5	1 029,6	1 034,4	1 064,5	1 045,8	1 059,2
	v. h. (%)	0,3	1,5	-0,1	-2,5	-1,0	-1,3	-0,5
Homens	v. h. (%)	-1,2	-0,8	0,0	-2,1	-0,6	-0,6	-1,5
Mulheres	v. h. (%)	1,9	4,0	-0,3	-3,0	-1,4	-1,9	0,6
15 - 24 anos	v. h. (%)	-1,8	4,5	1,4	3,5	7,0	0,6	2,5
25 - 44 anos	v. h. (%)	1,8	0,8	-0,7	-2,1	-1,3	0,5	-1,7
45 anos ou mais	v. h. (%)	-0,8	1,8	0,2	-3,5	-1,5	-3,1	0,3
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-11,7	-11,2	-8,3	-20,6	-14,8	-16,6	-4,5
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	0,1	3,9	8,6	9,7	11,0	8,2	-6,2
Serviços	v. h. (%)	3,5	3,7	-2,1	-2,8	-1,9	-0,8	3,3
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	814,4	802,9	779,3	787,4	787,9	777,0	747,3
	v. h. (%)	3,4	3,5	3,0	3,2	4,7	4,0	-0,3
Contratos sem termo	v. h. (%)	4,5	4,7	3,7	3,8	1,9	2,5	-1,2
Contratos com termo	v. h. (%)	0,9	5,7	-1,1	4,2	18,3	11,0	3,0
Tempo completo	v. h. (%)	3,9	4,3	3,4	4,1	5,8	4,7	-0,2
Tempo parcial	v. h. (%)	-3,2	-6,2	-2,1	-5,8	-6,9	-3,6	-1,9
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	§	§	-21,0	-7,9	-11,9
Básico	v. h. (%)	-1,9	-1,3	-0,1	-2,2	0,7	-0,8	-3,6
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	8,9	8,6	0,4	-2,8	-2,5	-0,9	7,8
Superior	v. h. (%)	9,7	9,8	14,4	23,0	26,4	23,1	-0,9
Trabalhadores por conta própria	milhares	245,5	258,6	243,1	242,8	268,6	262,9	302,9
	v. h. (%)	-8,6	-5,0	-9,4	-16,8	-14,6	-13,2	-1,8
Isolados	v. h. (%)	-9,3	-8,0	-10,0	-15,3	-15,0	-13,4	-1,9
Empregadores	v. h. (%)	-6,1	7,6	-7,4	-21,9	-13,1	-12,5	-1,4

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

No terceiro trimestre de 2015, a taxa de desemprego¹⁴ regional fixou-se nos 8,2%, tendo diminuído 2,3 pontos percentuais face ao trimestre homólogo e 0,3 pontos percentuais face ao trimestre anterior. Este valor manteve-se abaixo da média nacional de 11,9%, permanecendo como o mais baixo das sete regiões portuguesas. A taxa de desemprego das mulheres voltou a superar a dos homens (8,7% contra 7,7%), retomando-se a tendência habitual que apenas tinha sido interrompida no trimestre anterior. O escalão etário dos 15 aos 24 anos continuou a ser o mais afetado pelo desemprego, com a taxa de desemprego jovem a atingir os 27,9%. No entanto, estas taxas, bem como as restantes analisadas, registaram valores inferiores aos

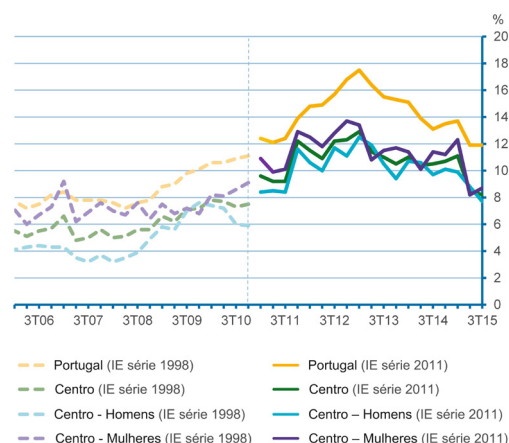
¹³ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

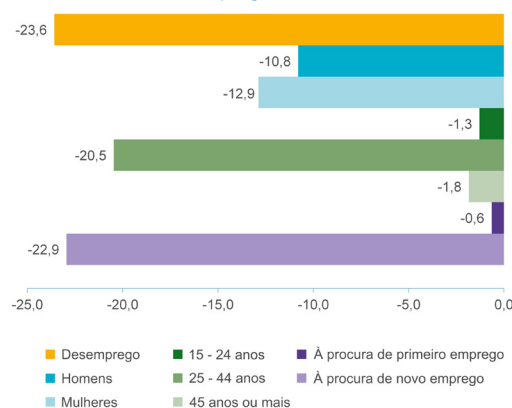
do trimestre homólogo.

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 95,6 mil indivíduos, o valor mais baixo desde o início desta nova série em 2011 e que traduz um decréscimo homólogo de 23,6%. Todas as categorias de desempregados analisadas conheceram quebras homólogas relevantes neste trimestre, sendo de destacar a diminuição dos desempregados dos 25 aos 44 anos (-38,6%), dos desempregados de longa duração (-28,4%) e dos desempregados à procura de novo emprego (-27,3%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego			3T15	2T15	1T15	4T14	3T14	2014	2013
								média trimestral	
Taxa de desemprego									
Portugal	%		11,9	11,9	13,7	13,5	13,1	13,9	16,2
	%		8,2	8,5	11,1	10,7	10,5	10,6	11,4
Centro	v. h. (p.p.)		-2,3	-1,9	0,1	0,2	-0,5	-0,8	-0,3
Homens	%		7,7	8,8	9,9	10,1	9,7	10,3	11,1
Mulheres	%		8,7	8,2	12,3	11,2	11,4	11,0	11,8
15 - 24 anos	%		27,9	24,8	29,8	25,8	28,8	28,2	31,6
25 - 44 anos	%		7,9	8,6	12,4	11,9	12,4	12,0	13,2
45 anos ou mais	%		5,6	6,4	7,4	7,4	6,0	6,9	7,1
População desempregada – Centro	milhares		95,6	99,5	128,3	123,5	125,1	124,5	145,5
	v. h. (%)		-23,6	-18,3	0,5	-0,9	-5,5	-14,4	-3,9
Homens	v. h. (%)		-22,6	-19,0	-7,6	6,1	-9,5	-16,0	0,8
Mulheres	v. h. (%)		-24,6	-17,6	8,8	-7,0	-1,4	-12,7	-8,6
15 - 24 anos	v. h. (%)		-6,5	-15,1	2,9	-13,2	-11,8	-14,4	-17,8
25 - 44 anos	v. h. (%)		-38,6	-26,4	-0,8	2,8	-0,6	-9,3	-1,4
45 anos ou mais	v. h. (%)		-6,7	-7,3	1,2	0,5	-9,5	-5,4	5,1
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)		-4,0	-5,5	-19,1	20,2	-7,0	3,7	-11,9
À procura de novo emprego	v. h. (%)		-27,3	-20,2	3,7	-3,3	-5,2	-10,8	-1,8
Há menos de 12 meses	v. h. (%)		-15,6	-9,5	-13,7	-6,4	-16,3	-18,7	-16,5
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)		-28,4	-23,0	11,5	2,8	2,6	-1,8	10,2

¹⁵ O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 773 euros, o que corresponde a um aumento homólogo real de 1,1%. Apesar de este acréscimo ter sido superior ao registado no país (0,6%), o salário médio da região continua bastante abaixo da média nacional de 829 euros.

Também o índice de custo do trabalho¹⁵ aumentou em termos homólogos reais na região (2,8%) e no país (1,6%). Para o crescimento regional do custo do trabalho por hora efetivamente trabalhada contribuíram os aumentos homólogos reais de 3,2% nos custos salariais e de 2,1% nos outros custos do trabalho (onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social e os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		3T15	2T15	1T15	4T14	3T14	2014	2013
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	829	825	824	818	818	813	808
	v. h. real (%)	0,6	0,9	2,8	1,2	1,7	0,9	-0,9
Centro	€	773	778	761	762	759	756	754
	v. h. real (%)	1,1	1,8	2,2	2,3	-0,3	0,5	-1,2
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	1,6	1,5	4,4	-3,3	-1,1	-0,7	-1,2
	v. h. real (%)	2,8	2,5	6,1	-2,2	-1,3	-0,9	-1,2

* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

DESEMPREGO REGISTADO

No terceiro trimestre de 2015, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir face ao trimestre homólogo. Em simultâneo, observou-se um aumento das colocações do IEFP e uma ligeira diminuição dos novos desempregados.

-15,7%

desempregados registados nos centros de emprego regionais do que no trimestre homólogo

Neste trimestre, os desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro ascendiam a 93,8 mil (o valor mais baixo desde o terceiro trimestre de 2009), refletindo uma diminuição de 15,7% face a igual período do ano anterior.

-3,5

novos desempregados, em média, por dia, do que em igual período do ano anterior

Para este desempenho contribuiu o crescimento homólogo das colocações efetuadas pelo IEFP (14,6%), registando-se, em média, cerca de 126 colocações por dia, ou seja, mais 16 colocações diárias do que em igual período do ano anterior.

Os novos desempregados inscritos nos centros de emprego diminuíram 0,8% em termos homólogos, retomando a tendência verificada nos últimos trimestres que apenas tinha sido interrompida no período anterior. Em média, neste trimestre, existiam, por dia, 423 novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região, menos 3,5 do que em igual período do ano anterior.

Quadro 6 – Desemprego Registrado		3T15	2T15	1T15	4T14	3T14	2014	2013
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	93,8	98,0	106,7	106,5	111,3	114,3	129,9
	v. h. (%)	-15,7	-13,6	-15,4	-14,6	-13,0	-12,0	6,1
Novos desempregados**	milhares	38,1	31,4	35,5	37,4	38,4	35,5	39,0
	v. h. (%)	-0,8	5,3	-2,9	-8,7	-9,1	-8,9	-1,4
Colocações do IEFP**	milhares	11,3	10,6	10,2	8,8	9,9	9,1	7,4
	v. h. (%)	14,6	18,9	14,6	20,1	9,9	22,8	39,8

* valores médios trimestrais

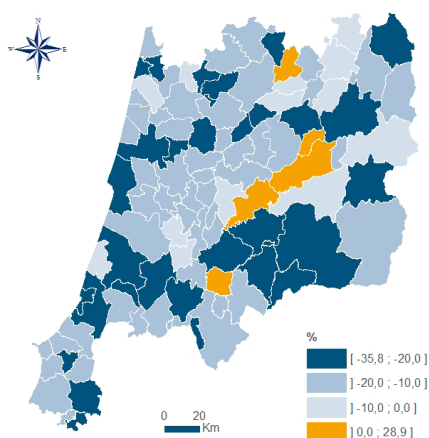
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego da região por municípios, verifica-se que em apenas cinco o número de desempregados aumentou: Pampilhosa da Serra (28,9%), Manteigas (10,4%), Vila de Rei (8,4%), Sátão (0,6%) e Covilhã (0,3%). Nos restantes 95 municípios verificou-se uma diminuição dos desempregados face a igual período do ano anterior. De destacar as expressivas reduções homólogas ocorridas em Oleiros (-35,8%) e Vila Velha de Ródão (-30,1%).

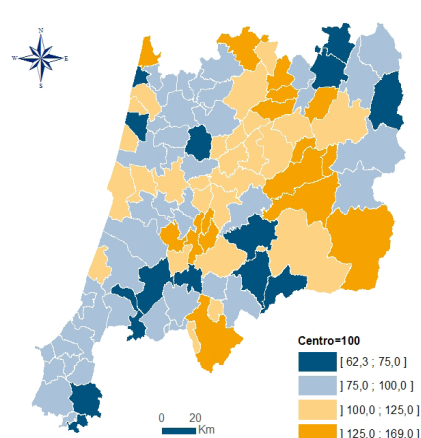
¹⁶ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100}$, sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2013.

Já no que respeita ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 57 municípios apresentavam uma situação mais favorável que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁶ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Meda e Vila Velha de Ródão (62,3), que registavam o valor mínimo deste indicador, seguidos de Ferreira do Zêzere (64,5) e Ourém (64,9). No extremos oposto, com índices bastante superiores à média regional (acima de 150), destacavam-se Manteigas (169,0), Castanheira de Pera (167,9) e Figueiró dos Vinhos (159,4).

Variação homóloga do desemprego registado no terceiro trimestre de 2015



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no terceiro trimestre de 2015¹⁶



EMPRESAS

16

empresas constituídas por dia, em média, na região

12,8%

é o peso do crédito vencido das empresas da região

No terceiro trimestre de 2015, assistiu-se na Região Centro, ao aumento da constituição de empresas face a igual período do ano anterior. No entanto, aumentaram também as ações de insolvência e continuam a ser evidentes as dificuldades financeiras do setor empresarial, traduzidas pelo grau de incumprimento das empresas, que voltou a atingir máximos históricos, e pela diminuição dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro.

Neste trimestre foram constituídas 1.431 empresas na Região Centro, o que corresponde a um aumento de 13,0% face a igual período do ano anterior, valor muito acima da média nacional de 4,3%. Em termos médios, foram criadas 89 novas empresas por dia no país, das quais 16 tinham sede na Região Centro (ou seja, mais 2 novas empresas criadas por dia, na região, do que em igual período do ano anterior).

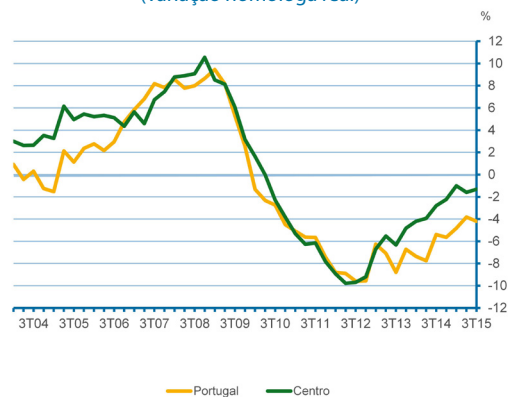
As ações de insolvência¹⁷ aumentaram de forma muito expressiva, neste trimestre, em termos homólogos (95,3% na região e 67,2% no país), infletindo a tendência de diminuição anteriormente verificada. No entanto, esta evolução deve-se aos valores anormalmente baixos ocorridos no terceiro trimestre de 2014 e que se ficaram a dever a condicionantes processuais no Ministério da Justiça relacionadas com o início da aplicação da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário). Aliás, comparando as insolvências ocorridas neste trimestre com as médias anuais, verifica-se que ficam muito próximas dos níveis de 2011, indiciando uma evolução favorável deste indicador.

Os empréstimos concedidos a sociedades não financeiras mantiveram a tendência de diminuição homóloga real verificada nos últimos anos, tendo a evolução regional de -1,3% sido, como vem sendo habitual, inferior à observada a nível nacional (-4,2%).

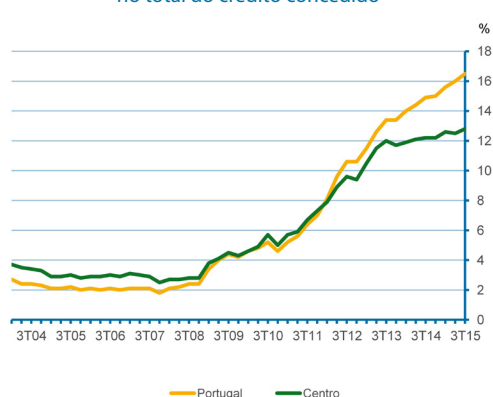
¹⁷ A IGNIOS – Gestão Integrada de Risco, S.A. disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Quanto ao incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, registaram-se, neste trimestre, novos máximos históricos, com este indicador a atingir os 12,8% na região e os 16,5% no país.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras
no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas		3T15	2T15	1T15	4T14	3T14	2014	2013
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	8 026	9 441	11 672	8 705	7 696	8 772	8 648
	v. h. (%)	4,3	13,0	12,9	11,5	7,5	1,4	14,4
Centro	número	1 431	1 646	2 134	1 416	1 266	1 480	1 522
	v. h. (%)	13,0	15,7	17,5	10,1	0,6	-2,8	13,2
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	85 156	86 794	87 059	86 912	88 209	89 069	95 591
	v. h. real (%)	-4,2	-3,8	-4,8	-5,6	-5,4	-6,6	-7,2
Centro	milhões €	15 005	15 247	15 220	15 051	15 090	15 228	15 794
	v. h. real (%)	-1,3	-1,6	-1,0	-2,2	-2,8	-3,3	-5,9
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	16,5	16,0	15,6	15,0	14,9	14,6	12,7
Centro	%	12,8	12,5	12,6	12,2	12,2	12,1	11,4
Ações de insolvência								
Portugal	número	1 548	2 144	2 168	1 793	926	1 804	2 243
	v. h. (%)	67,2	-2,8	-5,4	-18,6	-51,8	-19,6	5,5
Centro	número	336	428	417	330	172	352	466
	v. h. (%)	95,3	-6,8	-6,3	-26,8	-53,3	-24,5	3,6

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

No terceiro trimestre de 2015, na Região Centro, registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, acompanhando a tendência nacional. O crescimento das entradas foi, no entanto, mais expressivo.

As saídas de bens da Região Centro evidenciaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁸ de 5,9%, valor ligeiramente acima da média nacional (5,3%). Para esta evolução apenas contribuiu o mercado intracomunitário, que cresceu 8,3%, já que as saídas de bens para países fora da União Europeia registaram uma contração de 1,7% em termos homólogos reais.

5,9%

foi o crescimento
homólogo real das saídas
de bens da região e

9,4%

o das entradas de bens

¹⁸ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

¹⁹ As secções da Nomenclatura Combinada analisadas foram escolhidas em função dos montantes transacionados durante o ano de 2010, no que toca quer a saídas quer a entradas e encontram-se enumeradas nas fontes de informação.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, dados pelas doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, verificaram-se aumentos homólogos reais em todos os grupos com excepção dos “metais comuns e suas obras”. Este grupo que, neste trimestre, foi responsável por cerca de 11% das saídas da região, registou uma variação homóloga real de -1,9%. Os aumentos homólogos reais mais significativos surgiram nas secções “produtos do reino vegetal” (24,3%) e “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” (22,4%), que juntas representavam cerca de 9% das saídas da Região Centro.

Também nas entradas de bens na Região Centro ocorreu um crescimento homólogo real, que atingiu os 9,4% e superou a média nacional (5,8%). Ambos os mercados, intra e extracomunitários, contribuíram para esta evolução na região, tendo, no entanto, o crescimento das entradas oriundas do mercado extracomunitário sido, mais significativo (16,8%).

Em termos das entradas de bens por grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, apenas os “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (que, neste trimestre, representavam pouco mais de 2% do total das entradas na região) registaram uma variação real homóloga negativa (-10,5%). Os restantes grupos apresentaram variações homólogas positivas destacando-se, com os maiores acréscimos, as secções “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” (31,9%) e “Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (22,1%), também pouco expressivas no total de entradas de bens na região (juntas, neste trimestre, representavam 5%).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		3T15	2T15	1T15	4T14	3T14	2014	2013
								média trimestral
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	12 170,0	13 064,2	12 168,0	12 447,5	11 796,1	12 026,2	11 825,7
	v. h. real (%)	5,3	8,6	7,1	5,8	2,9	3,2	6,3
Intracomunitárias	milhões €	8 773,3	9 478,1	8 933,4	8 615,0	8 275,9	8 524,7	8 316,9
	v. h. real (%)	8,2	9,8	8,4	4,6	3,7	4,0	5,2
Extracomunitárias	milhões €	3 396,7	3 586,1	3 234,6	3 832,4	3 520,2	3 501,5	3 508,8
	v. h. real (%)	-1,5	5,5	3,5	8,5	1,3	1,3	8,8
Centro	milhões €	2 289,0	2 506,7	2 391,9	2 377,8	2 206,7	2 314,1	2 227,7
	v. h. real (%)	5,9	6,9	7,0	6,9	3,8	5,4	4,9
Intracomunitárias	milhões €	1 763,3	1 962,3	1 883,0	1 764,7	1 661,0	1 758,4	1 675,3
	v. h. real (%)	8,3	8,4	9,0	8,1	5,2	6,5	4,2
Extracomunitárias	milhões €	525,7	544,4	509,0	613,1	545,6	555,8	552,4
	v. h. real (%)	-1,7	1,6	0,2	3,5	-0,1	2,1	7,1
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	14 798,8	16 006,0	14 215,8	15 196,3	14 840,6	14 744,1	14 253,2
	v. h. real (%)	5,8	13,3	5,1	5,5	5,5	6,3	4,4
Intracomunitárias	milhões €	11 165,7	12 007,0	11 066,9	11 575,3	10 882,7	11 025,6	10 265,2
	v. h. real (%)	8,8	14,3	8,7	6,0	9,8	10,4	5,2
Extracomunitárias	milhões €	3 633,1	3 999,0	3 148,9	3 621,0	3 957,9	3 718,5	3 988,0
	v. h. real (%)	-2,6	10,2	-5,8	3,7	-4,6	-4,2	2,4
Centro	milhões €	1 830,4	2 056,7	1 869,3	1 847,7	1 775,2	1 844,7	1 791,3
	v. h. real (%)	9,4	13,6	5,1	-0,6	5,2	5,9	8,7
Intracomunitárias	milhões €	1 505,8	1 721,9	1 559,8	1 589,5	1 480,4	1 558,9	1 537,8
	v. h. real (%)	7,9	12,2	4,6	-1,9	1,4	4,2	9,8
Extracomunitárias	milhões €	324,6	334,8	309,5	258,2	294,8	285,8	253,5
	v. h. real (%)	16,8	21,4	7,4	8,2	30,0	15,9	2,4

* Os valores de 2013 são definitivos, os de 2014 são provisórios e os de 2015 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

TURISMO

A Região Centro conseguiu captar, no terceiro trimestre de 2015, mais hóspedes, mais dormidas e gerar mais proveitos face a igual período do ano anterior. Estes aumentos foram bastante acima das respetivas médias nacionais, mas inferiores aos registados nos trimestres anteriores.

Neste trimestre, os estabelecimentos hoteleiros regionais acolheram mais hóspedes e registaram mais dormidas face ao período homólogo: 12,4% e 8,6%, respetivamente. Estes aumentos foram mais acentuados na região do que no país. Ainda assim, a estada média na região diminuiu ligeiramente face a igual período do ano anterior, o que também aconteceu no país, permanecendo bastante abaixo da média nacional: 1,9 noites na Região Centro e 3,1 noites em termos nacionais.

Também os estabelecimentos hoteleiros da região geraram mais proveitos, tendo ocorrido um aumento homólogo real de 15,4%, acima da média nacional de 11,5%. Determinante para esta evolução regional foi o acréscimo homólogo real dos proveitos de aposento (em 12,9%), que representavam, neste trimestre, 70% dos proveitos totais.

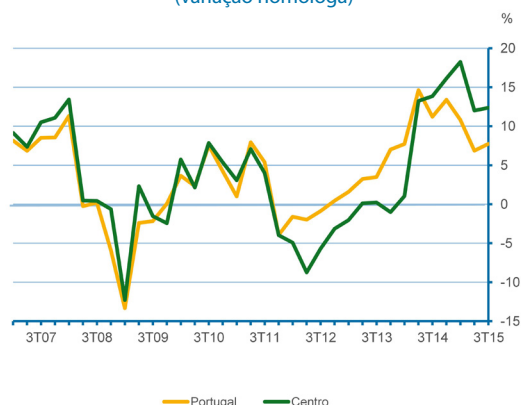
12,4%

foi o crescimento homólogo dos hóspedes na região

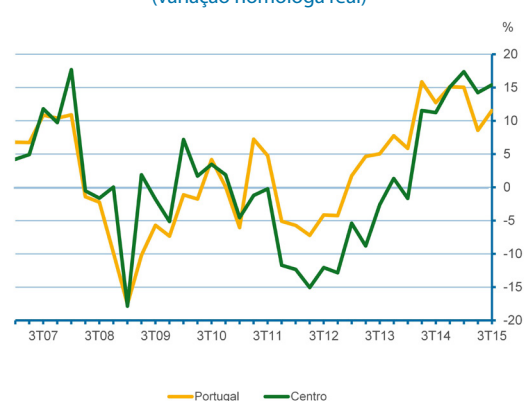
15,4%

foi o crescimento real dos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros face a igual período do ano anterior

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros
(variação homóloga)



Proveitos totais
(variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo*		3T15	2T15	1T15	4T14	3T14	2014	2013
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	6 083	4 937	2 797	3 339	5 646	4 026	3 593
	v. h. (%)	7,7	7,5	10,8	13,4	11,2	12,0	3,8
Centro	milhares	927	707	429	507,6	825	581	519
	v. h. (%)	12,4	12,2	18,2	16,1	13,8	11,9	-0,5
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	18 842	13 587	7 192	8 658	18 037	11 530	10 392
	v. h. (%)	4,5	4,8	11,2	13,2	9,7	11,0	4,8
Centro	milhares	1 777	1 189	692	848	1 637	1 036	934
	v. h. (%)	8,6	10,6	18,6	15,4	12,9	10,9	-0,9
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	n.º noites	3,1	2,8	2,6	2,6	3,2	2,9	2,9
Centro	n.º noites	1,9	1,7	1,6	1,7	2,0	1,8	1,8
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares €	1 001 514	670 323	329 461	416 188	891 143	550 527	488 642
	v. h. real (%)	11,5	9,5	15,0	15,1	12,7	13,0	5,0
Centro	milhares €	79 594	51 930	29 568	38 899	68 446	44 228	40 320
	v. h. real (%)	15,4	16,2	17,4	15,1	11,2	10,0	-3,9

* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2014 são provisórios. Os valores de 2015 são provisórios exceto os dados dos dois meses mais recentes que correspondem a dados preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

-14,1%

foi o crescimento homólogo
das construções novas
licenciadas na região

-30,8%

foi a evolução homóloga
regional das obras
concluídas

No terceiro trimestre de 2015, o setor da construção manteve-se em recessão, tendo-se observado a deterioração de quase todos os indicadores analisados. Na região, trimestre após trimestre, continua-se a atingir novos mínimos no licenciamento de edifícios, na conclusão de obras e nos empréstimos concedidos para habitação. Apenas os novos fogos licenciados para habitação familiar e o crédito à habitação vencido registaram evoluções favoráveis.

Neste trimestre, foram licenciados na região 1.105 edifícios, valor que traduz um novo mínimo histórico desde o início da série em 2006. O licenciamento de edifícios caiu 14,1% face ao trimestre homólogo (valor abaixo da média nacional de -6,9%) e o de construções novas caiu 4,5%. Apenas os novos fogos para habitação familiar licenciados conheceram um aumento de 2,4% face ao período homólogo.

Também os edifícios concluídos voltaram a diminuir significativamente na região (-30,8% face a igual período do ano anterior), tendo sido concluídos, neste trimestre, 904 edifícios, novo mínimo da série. Para esta retração, igualmente verificada a nível nacional, contribuiu a queda na conclusão de construções novas (-29,9%). Também os novos fogos concluídos para habitação familiar diminuíram de forma expressiva face ao mesmo período do ano anterior (-38,2%).

Os empréstimos concedidos para habitação voltaram, neste trimestre, a assumir novos mínimos históricos, tendo diminuído em termos homólogos reais 3,8% na região e 4,0% no país. O crédito à habitação vencido que, nos últimos trimestres, vinha a apresentar uma tendência de desaceleração do crescimento, neste período, finalmente diminuiu no país (-0,6% em termos homólogos reais) e estagnou na região. Ainda assim, o peso do crédito vencido no crédito à habitação concedido continuava a assumir os valores mais elevados desde o início da compilação da série em 2009: 2,6% na região e 2,9% no país.

Quadro 10 – Construção e Habitação		3T15	2T15	1T15	4T14	3T14	2014	2013
							média trimestral	
Edifícios licenciados								
Portugal	número	3 496	3 698	3 925	3 789	3 755	3 865	4 078
	v. h. (%)	-6,9	-7,2	-0,1	-4,3	-6,3	-5,2	-21,5
Centro	número	1 105	1 154	1 182	1 243	1 287	1 316	1 440
	v. h. (%)	-14,1	-14,0	-15,1	-10,2	-9,9	-8,6	-13,5
Construções novas	número	718	755	762	790	752	776	806
	v. h. (%)	-4,5	-3,1	-2,6	4,4	-9,4	-3,7	-12,6
Novos fogos para habitação familiar		v. h. (%)	2,4	0,7	14,9	15,1	-4,3	-1,3
Edifícios concluídos*								
Portugal	número	2 791	2 878	3 192	3 471	3 710	3 712	5 390
	v. h. (%)	-24,8	-22,8	-18,9	-24,6	-32,5	-31,1	-16,9
Centro	número	904	982	1 129	1 222	1 307	1 289	1 777
	v. h. (%)	-30,8	-24,5	-14,9	-21,6	-27,1	-27,5	-14,9
Construções novas	número	574	608	717	759	819	824	1 210
	v. h. (%)	-29,9	-27,0	-18,9	-26,0	-32,4	-31,9	-20,3
Novos fogos para habitação familiar		v. h. (%)	-38,2	-34,1	-33,8	-43,4	-37,5	-40,0
Empréstimos concedidos para habitação								
Portugal	v. h. real (%)	-4,0	-4,2	-3,5	-3,5	-2,8	-3,2	-3,9
	v. h. real (%)	-3,8	-4,0	-3,4	-3,4	-2,8	-3,2	-3,9
Crédito à habitação vencido**								
Portugal	v. h. real (%)	-0,6	2,9	3,9	8,1	13,4	11,1	4,9
	v. h. real (%)	0,0	4,0	5,1	5,4	15,8	9,4	2,1
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	1 038,0	1 024,0	1 010,7	1 008,3	1 026,7	1 008,3	1 006,1
	v. h. real (%)	0,3	2,0	1,0	-0,7	1,8	0,5	-3,5
Centro	€/m ²	850,3	852,7	846,3	848,3	850,0	841,1	840,3
	v. h. real (%)	-0,7	2,0	1,3	0,3	1,1	0,4	-4,8

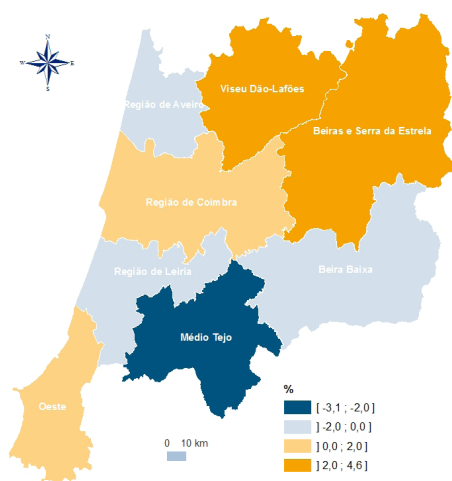
* Os valores de 2013 e 2014 foram revistos. Os valores de 2015 são dados provisórios estimados.

** Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

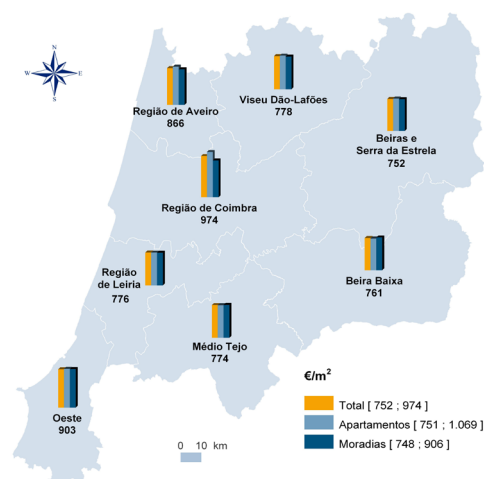
Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação diminuiu 0,7% em termos homólogos reais, contrariando a tendência nacional de ligeiro aumento, sendo cada metro quadrado destinado a habitação avaliado em 850,3 euros pelas entidades bancárias. Metade das oito regiões NUTS III registaram variações homólogas reais negativas no valor médio da avaliação bancária, tendo o maior decréscimo ocorrido no Médio Tejo (-3,1%). No extremo oposto, encontramos a sub-região Beiras e Serra da Estrela, com um acréscimo homólogo real de 4,6% neste trimestre.

Considerando as diferentes tipologias de habitação verificou-se que tanto a avaliação bancária dos apartamentos, como das moradias diminuiu em termos homólogos reais, neste trimestre, na região: -0,5% e -1,4%, respetivamente. A Região de Coimbra manteve-se como a sub-região com a avaliação bancária da habitação mais elevada (974€/m²) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.069€/m²). O Oeste apresentava a valorização mais elevada nas moradias (906€/m²), enquanto a menos elevada ocorria nas Beiras e Serra da Estrela (748€/m²). Esta sub-região era também a menos valorizada em termos médios globais apesar de, como referido anteriormente, ter registado o maior acréscimo homólogo real do trimestre na avaliação bancária da habitação.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2015



Avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2015



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor aumentou face ao trimestre homólogo, na região e no país, mantendo-se a tendência iniciada no trimestre anterior. Vários indicadores do consumo privado continuam a apontar no sentido da recuperação.

Os níveis médios de preços na região e no país, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registaram, neste trimestre, um aumento de 0,6% e 0,8%, respetivamente, face ao período homólogo, mantendo-se a tendência iniciada no trimestre anterior, que interrompeu uma série de diminuições homólogas consecutivas que já se registavam desde o quarto trimestre de 2013. Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou esta tendência de crescimento dos preços, destacando-se com os maiores aumentos as “comunicações” (4,9%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (4,3%) e os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (2,0%). Apenas quatro classes de despesa registaram variações negativas face a igual período do ano anterior: “vestuário e calçado” (-2,0%), “transportes” (-2,0%), “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (-0,8%) e “lazer, recreação e cultura” (-0,3%).

Quanto aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, na região e no país, ao aumento homólogo real das entradas de bens de consumo com origem em mercados intracomunitários, ao aumento homólogo das receitas de cinema, dos levantamentos em

0,6%

foi a taxa de inflação homóloga regional

46,4%

foi o crescimento homólogo real das receitas de cinema

caixas multibanco (apenas na região), dos pagamentos em caixas multibanco e das compras em terminais de pagamento automático. A evolução destes indicadores, idêntica à do trimestre anterior, continua a apontar para uma recuperação gradual do consumo privado.

Também à semelhança do trimestre anterior, do conjunto das variáveis analisadas, apenas as relativas ao crédito para consumo continuaram a apresentar evoluções desfavoráveis. Na região, os empréstimos concedidos para consumo e outros fins registaram uma variação homóloga real de -2,4%, face à média nacional de -2,6%. O peso do crédito para consumo vencido na região situou-se nos 13,5%, continuando bastante próximo do máximo registado nesta série há um ano atrás (13,6%). A nível nacional, neste trimestre, este indicador baixou ligeiramente para os 14,8%.

Quadro 11 – Preços		3T15	2T15	1T15	4T14	3T14	2014	2013
							média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	0,8	0,7	-0,1	-0,1	-0,5	-0,3	0,3
Centro	v. h. (%)	0,6	0,5	-0,2	-0,2	-0,6	-0,3	0,1
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	2,0	1,9	0,5	0,0	-3,0	-1,2	1,7
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	4,3	4,6	3,0	2,9	3,3	3,0	4,1
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-2,0	-2,0	0,0	0,2	-0,5	0,1	-0,7
Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	-0,8	0,1	-0,5	1,0	1,3	1,2	1,9
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	0,9	0,7	1,0	1,3	-0,2	-0,2	-0,5
Saúde	v. h. (%)	0,4	0,5	0,5	0,4	0,9	0,8	1,5
Transportes	v. h. (%)	-2,0	-0,9	-3,2	-3,2	-0,4	-1,6	-2,9
Comunicações	v. h. (%)	4,9	3,9	2,4	0,1	0,3	1,1	0,5
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-0,3	-1,3	-1,8	-1,9	-1,8	-1,5	0,0
Educação	v. h. (%)	0,8	0,7	0,7	0,6	0,8	0,8	1,2
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,7	0,9	0,9	0,4	0,1	0,3	1,0
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,0	0,2	-0,5	-0,6	-0,3	-0,5	-0,3

Quadro 12 – Consumo Privado		3T15	2T15	1T15	4T14	3T14	2014	2013
							média trimestral	
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	12,0	17,7	13,5	8,7	5,5	7,4	11,3
Centro	v. h. real (%)	10,4	15,2	11,2	0,4	-2,0	4,4	17,2
Receitas de cinema**								
Portugal	v. h. real (%)	32,6	16,5	21,0	5,9	-16,4	-4,0	-11,7
Centro	v. h. real (%)	46,4	22,8	31,1	5,5	-24,1	-3,9	-7,6
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	-2,6	-3,5	-3,4	-4,3	-4,9	-8,6	-11,7
Centro	v. h. real (%)	-2,4	-3,5	-3,5	-4,7	-5,0	-8,8	-12,5
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	14,8	14,9	14,7	14,4	14,1	14,0	12,7
Centro	%	13,5	13,4	13,3	13,2	13,6	13,3	12,0
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	0,0	0,7	1,6	1,0	3,7	1,4	0,6
Centro	v. h. real (%)	0,2	0,7	1,6	0,7	3,1	1,0	-1,3
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	2,6	2,5	6,6	0,3	7,7	3,9	1,6
Centro	v. h. real (%)	2,7	2,0	5,5	-0,6	6,9	3,6	2,3
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	7,4	8,0	9,3	9,4	8,1	7,2	0,4
Centro	v. h. real (%)	5,9	6,6	7,1	8,3	7,3	6,5	0,3

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2013 são definitivos, os de 2014 são provisórios e os de 2015 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

** Os dados de 2015 das receitas de cinema são provisórios.

*** Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

Até ao final de setembro de 2015, estavam aprovados 6,3 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, para cofinanciar projetos com um investimento previsto na região de 10,5 milhões de euros. No Programa Operacional Regional Mais Centro, a aprovação de 4.376 projetos envolvia uma comparticipação de FEDER de 1,8 mil milhões de euros, o que reflete uma gestão do *overbooking*. A taxa de execução do Mais Centro era, nesta data, de 93,5%.

Simultaneamente, foram já apresentadas ao Centro 2020, o novo Programa Operacional Regional para o período 2014-2020, um total de 2.961 candidaturas até ao final de setembro de 2015, tendo sido aprovadas 499. Já abriram até esta data, 46 concursos, envolvendo 251 milhões de euros de fundos comunitários (cerca de 11,6% da dotação total, que é de 2.155 milhões de euros).

93,5%

foi a taxa de execução do Mais Centro no final de setembro de 2015

71

milhões de euros aprovados nos primeiros concursos do Centro 2020

No período de programação 2007-2013, foram principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguraram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão. O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas (Potencial Humano, Fatores de Competitividade e Valorização do Território), concretizadas pelos Programas Operacionais Temáticos respetivos (PO PH, PO FC e PO VT); pelos sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O Portugal 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O Portugal 2020 será operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as regiões autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

À data de 30 de setembro de 2015, estavam aprovados 6,3 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, referentes a projetos que previam um investimento total na Região Centro de 10,5 mil milhões de euros. O Mais Centro e o PO PH eram os programas operacionais com maior valor de fundos comunitários aprovados no Centro, concentrando 28,6% e 30,7%, respetivamente, do total de fundos do QREN aprovados na região. Já relativamente ao peso que os projetos regionais assumem no total das aprovações nacionais de fundos comunitários, em cada um dos programas operacionais, tem-se destacado, de forma sistemática, o PO FC (36,7% do total de FEDER aprovado no país no PO FC respeita a projetos na Região Centro).

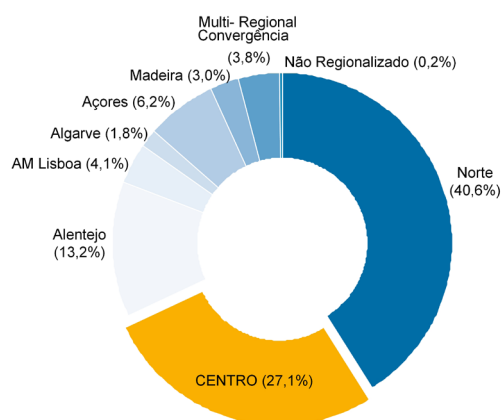
No que respeita exclusivamente ao Programa Operacional Regional - Mais Centro, estavam aprovadas 4.376 operações com um investimento total estimado de 2,7 mil milhões de euros e uma comparticipação de fundo comunitário FEDER de 1,8 mil milhões de euros. Estes valores evidenciam pouca oscilação face ao período terminado no trimestre anterior dado que os programas se encontram já numa fase final da sua programação.

Quadro 13 – O QREN no Centro (até 30 de setembro de 2015)		QREN (total)	Mais Centro	CENTRO		
				PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas						
Investimento (custo) total	milhões €	10 479	2 700	2 643	3 534	1 602
	% do total nacional	27,3	20,8	29,5	37,7	23,4
Investimento (custo) elegível	milhões €	9 393	2 304	2 643	3 061	1 385
	% do total nacional	27,5	20,5	29,5	37,2	25,2
Fundo comunitário	milhões €	6 298	1 804	1 931	1 432	1 132
	% do QREN (total) da região	100,0	28,6	30,7	22,7	18,0
	% do total nacional	27,3	22,6	29,7	36,7	24,6

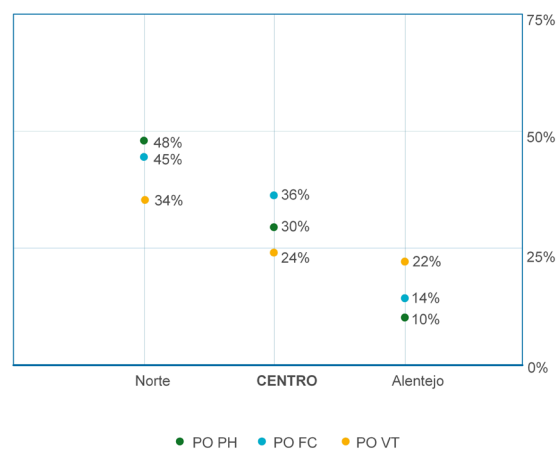
O Centro tem-se mantido como a segunda região (a seguir ao Norte) a beneficiar mais dos vários instrumentos financeiros do QREN, concentrando, nesta data, 27,1% do valor de despesa validada de fundos comunitários FEDER, Fundo de Coesão e FSE no país.

Do mesmo modo, entre as três regiões de convergência, o Centro continuou a manter-se com níveis de validação de despesa mais elevados do que o Alentejo mas inferiores aos do Norte no que respeita aos programas operacionais temáticos. No conjunto, estas três regiões de convergência do Continente concentravam grande parte da despesa validada de fundos comunitários (88% no PO PH, 96% no PO FC e 80% no PO VT).

Distribuição dos fundos comunitários executados por região
(30 de setembro de 2015)



Relevância das três regiões convergência do Continente nos fundos comunitários executados pelos Programas Operacionais Temáticos
(30 de setembro de 2015)



À semelhança dos restantes programas operacionais do QREN, os níveis de aprovações do Mais Centro no final de setembro de 2015 eram superiores ao valor total de fundo comunitário FEDER programado para todo o período de programação, e revisto com a reprogramação dos programas (1.804,0 milhões de euros e 1.696,6 milhões de euros, respetivamente).

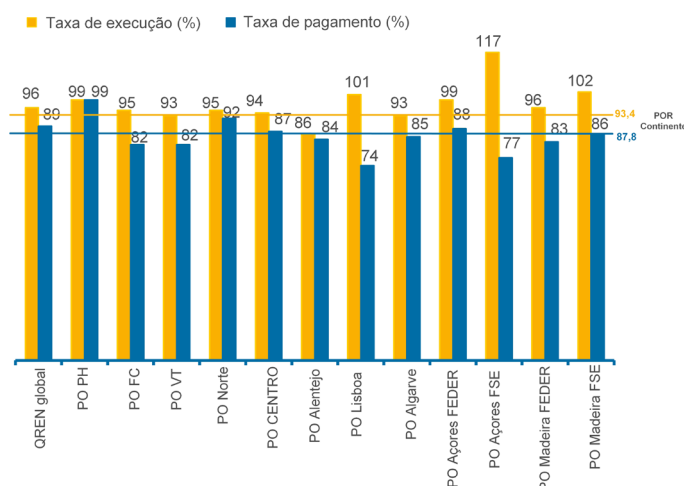
Esta situação implica uma taxa de compromisso superior a 100% (mais concretamente 106,3%) e, consequentemente, uma gestão de *overbooking* por parte da autoridade de gestão do programa, uma vez que se prevê que haja descomprometimento de FEDER não utilizado em algumas operações que ainda decorrem e que alguns projetos são encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, libertando verbas de fundo comunitário suficientes para todas as aprovações.

Dada a fase final do período de programação do QREN, a execução dos projetos é o principal objetivo. Nesta data, estão validados 1.586,9 milhões de euros de despesa de FEDER, o que corresponde a uma taxa de execução de 93,5%, faltando, assim, executar 6,5% da dotação do Mais Centro. Desde o final de 2009 que a taxa de execução do Mais Centro se mantém acima da registada, em termos médios, pelos PO regionais do Continente e inferior à média do QREN (93,4% e 95,8%, respetivamente), no final do terceiro trimestre de 2015. Face ao final de setembro de 2014, a taxa de execução do programa regional aumentou 15,7 p.p., o que se deveu a um crescimento da despesa validada de 266,3 milhões de euros

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 1.566,2 milhões de euros, sendo assim inferior à despesa já validada, resultando numa taxa de pagamento (relação entre o FEDER pago e o FEDER aprovado) de 86,8% e numa taxa de reembolso (relação entre o FEDER pago e o FEDER validado) mais próxima de 100% (98,7%).

Quadro 14 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		set-15	jun-15	mar-15	dez-14	set-14
Execução Financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhões €	2 011,4	1 920,5	1 841,0	1 774,7	1 677,7
Fundo comunitário	milhões €	1 586,9	1 515,4	1 452,8	1 400,6	1 320,6
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	1 566,2	1 514,3	1 450,7	1 412,6	1 348,8
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	106,3	106,4	106,5	106,6	105,0
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	93,5	89,3	85,6	82,6	77,8
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	88,0	84,0	80,4	77,4	74,2
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	86,8	83,9	80,3	78,1	75,7
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	98,7	99,9	99,9	100,9	102,1

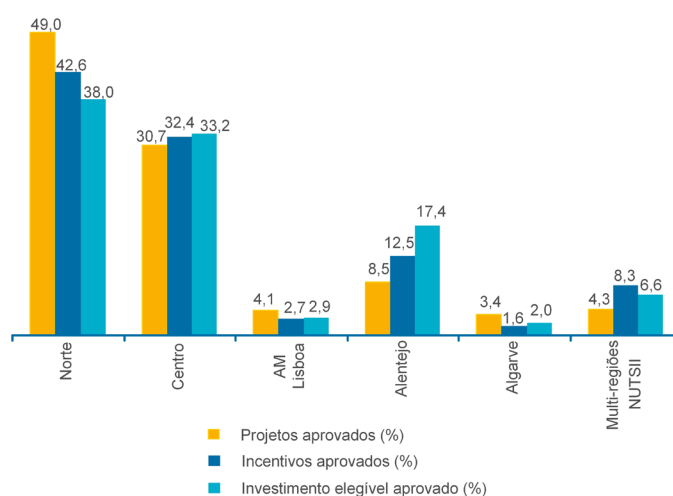
Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional
(30 de setembro de 2015)



Os Sistemas de Incentivos foram os instrumentos financeiros do QREN destinados ao apoio às empresas. A Região Centro evidenciou um bom desempenho na Agenda Temática da Competitividade deste quadro comunitário e, em particular, no que respeita aos Sistemas de Incentivos.

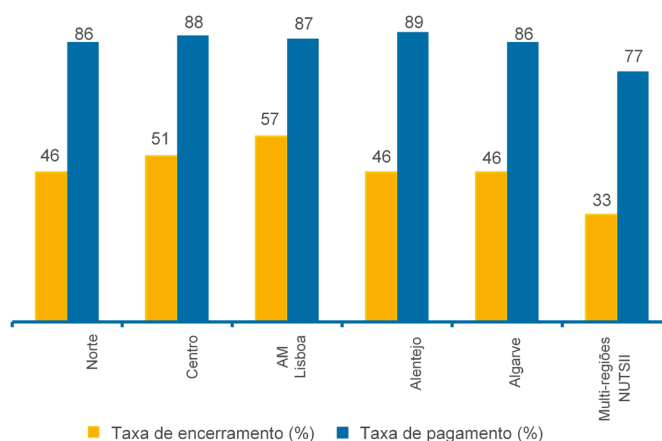
Até ao final do terceiro trimestre de 2015, estavam aprovados nos Sistemas de Incentivos 3.160 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 1,3 mil milhões de euros e um investimento elegível previsto de 2,9 mil milhões de euros, no âmbito do Mais Centro e do PO FC. Face ao total aprovado nos Sistemas de Incentivos no Continente, este volume de aprovações na região representava 32,4% do total de incentivos aprovados e 33,2% do total de investimento elegível.

Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade do QREN (30 de setembro de 2015)



Todos os projetos aprovados nos sistemas de incentivos, na Região Centro, se encontravam nesta data contratados (3.224), embora destes apenas 1.569 estavam encerrados. A taxa de encerramento (incentivo final de projetos encerrados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 51% e a taxa de pagamento (pagamentos efetuados/incentivo aprovado dos projetos contratados) de 88%. Apesar destas taxas não serem muito elevadas dada a fase final de programação, as referentes à Região Centro evidenciam um dos melhores desempenhos regionais em termos de encerramentos.

Taxa de encerramento e taxa de pagamentos dos Sistemas de Incentivos às empresas na Agenda da Competitividade (30 de setembro de 2015)



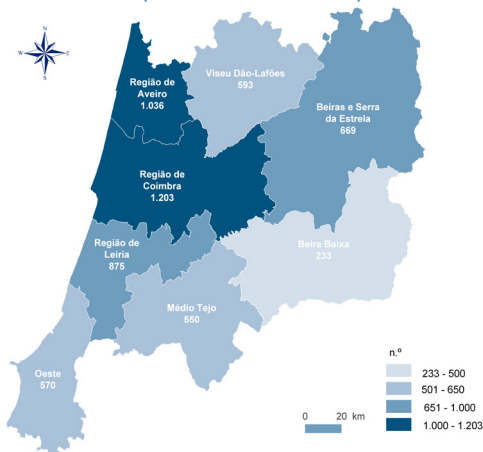
Relativamente aos apoios às micro e pequenas empresas através dos Sistemas de Incentivos apenas do Mais Centro, estavam aprovados 2.105 projetos empresariais na região, que se traduziam em 573,8 milhões de euros de investimento elegível, 359,5 milhões de euros de incentivos aprovados e 282,5 milhões de euros de execução de fundo comunitário. A taxa de execução dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro (fundo/incentivo contratado) era de 79% (2 p.p. abaixo da taxa de execução do total dos sistemas de incentivos do país).

Em termos de realização, foram já apoiadas na região, ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro, 1.850 empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, das quais 431 são novas empresas/start-up e 179 são novas empresas/start-up de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

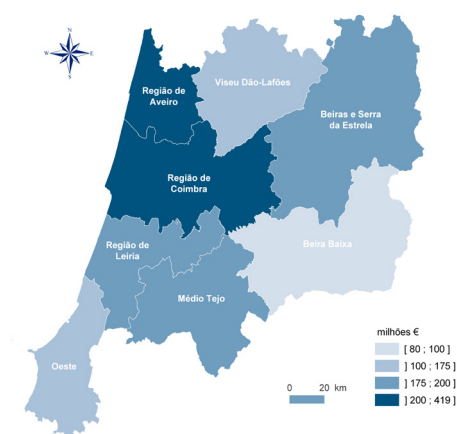
Em 2013 foi ainda disponibilizado no Mais Centro um novo regulamento dirigido totalmente às microempresas de territórios de baixa densidade para apoio direto ao investimento e à criação líquida de emprego: Programa Valorizar - Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM). No final de setembro de 2015, estavam aprovados 241 projetos na Região Centro. Dada a natureza desta tipologia de projetos, os investimentos envolvidos são reduzidos, estando aprovados cerca de 5,6 milhões de euros de investimento elegível e 4,4 milhões de euros de FEDER.

Relativamente à distribuição sub-regional do FEDER na Região Centro, no âmbito do Mais Centro, verifica-se que os maiores valores de aprovações e de despesa validada se registam nas Comunidades Intermunicipais (CIM) Região de Coimbra e Região de Aveiro. Já quanto à capacidade de executar os projetos, avaliada pela taxa de realização, ou seja pelo peso que a despesa validada tem no total de FEDER aprovado, os maiores valores registavam-se nas CIM Beiras e Serra da Estrela e região de Leiria, à data de 30 de setembro de 2015.

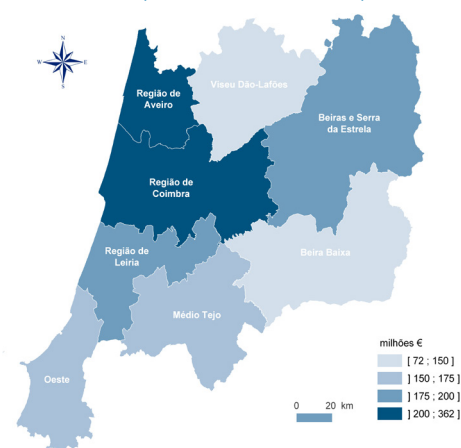
Operações aprovadas no âmbito do Mais Centro
(30 de setembro de 2015)



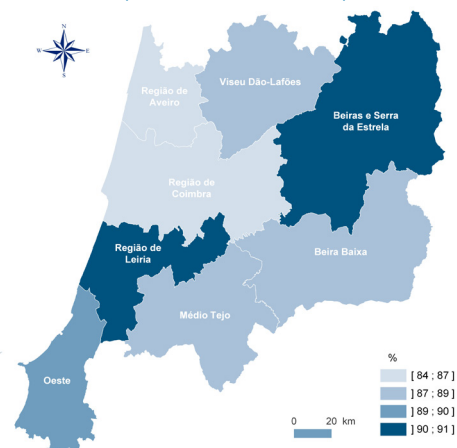
Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas
no âmbito do Mais Centro (30 de setembro de 2015)



Despesa validada de fundo comunitário no âmbito do Mais Centro
(30 de setembro de 2015)



Taxa de realização no âmbito do Mais Centro
(30 de setembro de 2015)



O ano de 2015 tem a particularidade de coexistirem dois quadros de programação de apoios comunitários: o QREN e o Portugal 2020. Nos próximos trimestres irão, assim, ser também apresentados alguns números acerca da aplicação do Portugal 2020, preferencialmente na Região Centro. Para além do Programa Operacional Regional Centro 2020, os promotores da região poderão candidatar-se a apoios comunitários nos quatro Programas Operacionais Temáticos bem como ao Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) e ao Programa Operacional para os assuntos do MAR (FEAMP).

Dada a inexistência ainda de informação regionalizada para todos os programas, vão ser destacados apenas os primeiros resultados do Centro 2020.

Os primeiros concursos do Portugal 2020 abriram ainda em 2014, mais concretamente em novembro e foram relativos às estratégias integradas de desenvolvimento territorial (EIDT) e às estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC). Desde essa altura, foram já abertos 476 concursos, dos quais 46 envolvem o Centro 2020. Nestes concursos, o Programa Operacional Regional do Centro já colocou a concurso 250,5 milhões de euros, o que corresponde a 11,6% do total da sua dotação (que é de 2.155 milhões de euros repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE). À data de 30 de setembro encontravam-se em aberto 11 concursos, envolvendo 26,3 milhões de euros de fundos comunitários.

No Centro 2020, até ao final de setembro de 2015, foram apresentadas 2.961 candidaturas, com uma previsão de investimento de 946,5 milhões de euros, o que traduz um investimento médio por candidatura de 320 mil euros. Destas, foram aprovados 499 projetos, prevendo um investimento total de 169 milhões de euros e uma comparticipação financeira de fundos comunitários FEDER e FSE de 71,2 milhões de euros. Em termos médios, cada projeto aprovado no programa operacional regional envolve um investimento médio de 339 mil euros.

O volume de investimento submetido a concurso está muito relacionado com o apoio ao investimento empresarial, no domínio da competitividade e internacionalização.

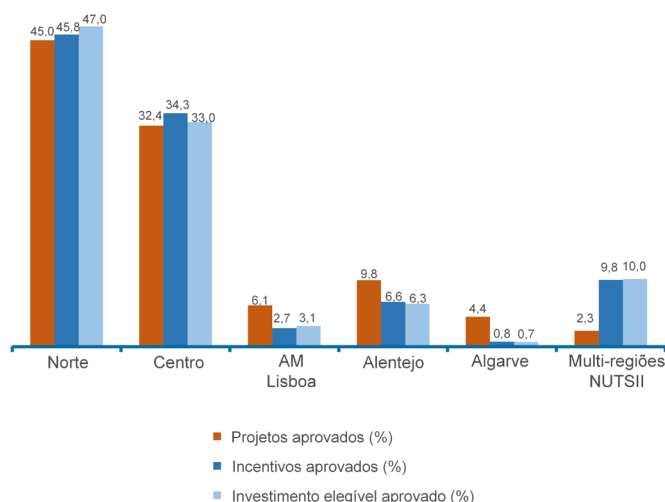
Monitorização do Centro 2020 (valores acumulados)		setembro 2015
Dotação de fundo		
Total	mil €	2 155 031
% PO regionais do Continente		27,7
FEDER	mil €	1 751 514
% PO regionais do Continente		27,8
FSE	mil €	403 517
% PO regionais do Continente		27,3
Concursos/períodos de candidatura		
Total	número	46
Fundo comunitário	mil €	250 500
% da dotação de fundo		11,6
Em aberto	número	11
Fundo comunitário	mil €	26 300
Encerrados	número	35
Fundo comunitário	mil €	224 200
Candidaturas apresentadas		
Total	número	2 961
Investimento total previsto	mil €	946 467
Operações aprovadas		
Total	número	499
Investimento total	mil €	169 011
Investimento elegível	mil €	117 712
Fundo comunitário	mil €	71 228

Os Sistemas de Incentivos continuam a ser o principal instrumento financeiro disponível para apoiar o investimento das empresas. Tal como acontecia no QREN, a Região Centro evidencia boa capacidade de investimento por parte das empresas aqui localizadas.

No que respeita aos projetos empresariais comparticipados apenas pelo Centro 2020 e que respeitam a microempresas e a PME, estavam aprovadas 492 candidaturas na região, prevendo envolver 109 milhões de euros de investimento elegível e 65 milhões de euros de incentivos. À data de 30 de setembro, destes, apenas 19 já se encontravam contratados.

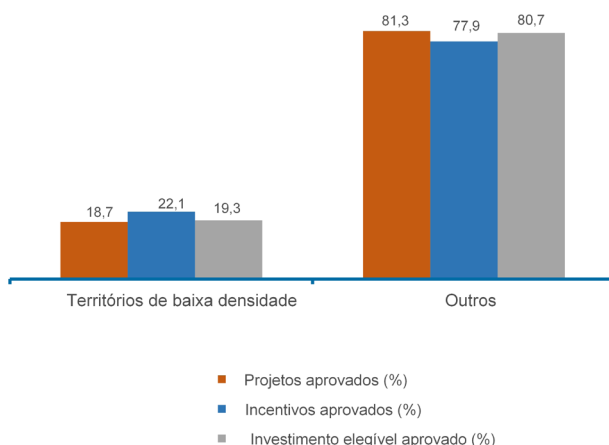
Considerando o total de investimento empresarial realizado na região, comparticipado pelo Centro 2020 e também pelo Compete 2020, até ao final de setembro de 2015 estavam aprovados nos Sistemas de Incentivos 625 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 181 milhões de euros e um investimento elegível previsto de 319 milhões de euros. Face ao total aprovado nos Sistemas de Incentivos no Continente, este volume de aprovações na região representava 34,3% do total de incentivos aprovados e 33,0% do total de investimento elegível.

Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020
(30 de setembro de 2015)



Relativamente à distribuição entre territórios, dos 625 projetos empresariais aprovados pelo Centro 2020, 117 são projetos referentes a investimentos em territórios de baixa densidade, o que corresponde a 18,7% do total. Estes projetos nestes territórios preveem envolver 61,5 milhões de euros de investimento elegível e 40,0 milhões de euros de incentivos (19,3% e 22,1% do total de aprovações dos sistemas de incentivos).

Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos do Centro 2020
(30 de setembro de 2015)



FONTES

Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

Desemprego Registrado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- IGNIOS - Gestão Integrada de Risco, S.A.
 - Empresas constituídas
 - Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
 - Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio e NUTS II

Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
 - Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
 - Receitas de cinema
- SIBS – Área de Estatísticas do Grupo SIBS
 - Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
 - Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
 - Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 26 e 27
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
 - Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia n.º 2
- Autoridade de Gestão do Mais Centro
- Sistemas de Incentivos da Agenda da Competitividade QREN
- Sistemas de Incentivos Portugal 2020

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do terceiro trimestre de 2015 foi recolhida até ao dia 17 de dezembro de 2015.

